



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Mangaratiba



PROJETO DE LEI Nº **55** /2019.

“CRIA O SERVIÇO DE RESGATE A EMBARCAÇÕES E TRIPULAÇÃO EM ALTO - MAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Mangaratiba faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Cria o serviço de resgate a embarcações e tripulação em alto mar no âmbito da Baía de Sepetiba e da Bacia de Santos, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

Parágrafo Único – A referida lei destina-se ao resgate de tripulação, embarcações de médio e grande porte que apresentem pane ou avarias, observando todas as normas estabelecidas pela marinha do Brasil, constante na NORMAM 03 e 16dpc, bem como prestar informações necessárias aos pescadores profissionais artesanais que estiverem no exercício de suas funções no mar.

Art.2º - O serviço de resgate a embarcações deverá:

- I – Observar todas as normas impostas pela Marinha do Brasil.
- II – Dispor de todos os materiais necessários para a realização do referido serviço.
- III – A equipe deverá ser detentora de todo o conhecimento teórico e prático para a realização desta atividade, obedecendo as NORMANS 03 E 16dpc e tratados afins.
- IV – Deverá dispor de embarcação equipadas com todo o material necessário para a realização do referido serviço.
- V – Deverá dispor de uma base de apoio equipada com computador, rádio amador (VHF), ponto de internet, aparelho de celular, sirene, etc, a ser estabelecida pelo poder executivo municipal.

Art.3º - As normas a que alude esta lei devem ser fiscalizadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, **03** de **agosto** de 2019.

WLADIMIR DA CONCEIÇÃO PEREIRA
(Wlad da Pesca)
Vereador-Autor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Mangaratiba



Justificativa

Devido a escassez de peixes em águas próximas, os pescadores são obrigados a se aventurarem a águas marítimas mais distantes da costa. Com isso os riscos de pane e necessidades de socorro aumentaram significativamente.

Considerando fatos ocorridos em nossa Baía, onde há relatos de pescadores encontrados à deriva ou com problemas mecânicos, necessitando de apoio para preservação da vida humana, com isso, a presente lei visa dar o suporte necessário aos profissionais que enfrentam tais situações no mar.

A Marinha do Brasil, através da NORMAM-16 DPC, autoriza a realização do serviço de assistência e salvamento de embarcações, coisas ou bens, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores. Tal serviço, segundo a NORMAM-16 DPC, poderá ser executado por órgãos federais, estaduais, municipais e ainda por empresas privadas que cumpram todos os requisitos necessários para tal.

Considerando a distância dos profissionais da pesca estarem longe da costa, o serviço de rádio costeira servirá para informar de forma atualizada as condições climáticas; intensidade dos ventos e informações mútuas aos familiares. A mesma terá acesso as informações em tempo real com os institutos ligados ao monitoramento do clima.

Hoje a legislação brasileira e os tratados internacionais “obriga” os comandantes de embarcações que, se ao se deparar com tal situação em alto-mar e/ou vias navegáveis, deverá prestar socorro desde que não coloque em risco a integridade física pessoal e/ou de sua tripulação.